## LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA COORDENAÇÃO DE ESTUDOS LEGISLATIVOS - CEDI

## MINISTÉRIO DA SAÚDE SECRETARIA DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA

## PORTARIA Nº 802, DE 8 DE OUTUBRO DE 1998

O Secretário de Vigilância Sanitária do Ministério da Saúde no uso das atribuições que lhe são conferidas pelos dispositivos legais vigentes:
Art. 12 Para obter autorização como distribuidor o requerente deve satisfazer as
seguintes condições:  I - dispor de locais, instalações e equipamentos adequados e suficientes de forma a
assegurar uma boa conservação e distribuição dos produtos farmacêuticos;
II - dispor de pessoal qualificado;
III - dispor de pessoai quamicado, III - dispor de plano de emergência que permita a execução efetiva de uma ação de
retirada do mercado ordenada pelas autoridades competentes ou definida em cooperação com o
fabricante do produto em questão, ou com o importador titular de registro do produto no País;
IV - dispor de Farmacêutico Responsável Técnico devidamente inscrito no Conselho
Regional de Farmácia;
V - dispor de equipamentos de controle de temperatura e umidade, ou qualquer outro
dispositivo necessário à boa conservação dos produtos, devidamente calibrados;
VI - dispor de meios e recursos informatizados para conservar a documentação, sob a
forma de fatura de compra e venda, relacionada a qualquer transação de entrada e saída, que
contenha no mínimo, as seguintes informações:
a) designação da nota fiscal;
b) data;
c) designação dos produtos farmacêuticos - nome genérico e/ou comercial;
d) número do lote;
e) quantidade recebida ou fornecida;
f) nome e endereço do fornecedor ou do destinatário, conforme o caso;
g) número da autorização de funcionamento e da licença estadual ou municipal,
atualizada;
h) número da licença estadual/municipal, atualizada, do comprador.
VII - dispor de meios e recursos para manter a documentação referida no item
anterior à disposição das autoridades competentes para efeitos de inspeção, durante um período do 5 (cinco) anos:
de 5 (cinco) anos; VIII - cumprir as demais exigências constantes na legislação vigente;
IX - cumprir as Boas Práticas de Distribuição constantes no anexo II deste
regulamento.
Art. 13 As empresas autorizadas como distribuidoras tem o dever de: